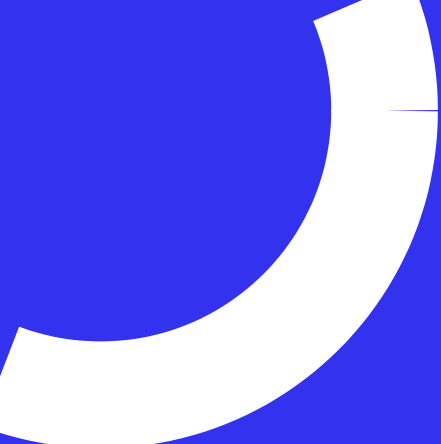




“Educação Inclusiva: do que estamos falando?”

Camila Marafigo dos Santos
Mércia Freire Rocha Cordeiro Machado



20
21

EXPEDIENTE TÉCNICO

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ – CAMPUS CURITIBA
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO, PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E
INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
E TECNOLÓGICA (PROFEPT)

Produção: Camila Marafigo dos Santos

Orientação: Dra. Mércia Freire Rocha Cordeiro Machado

Projeto Gráfico e diagramação: Alexandra Arévalo

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados da Catalogação na Publicação
Instituto Federal do Paraná
Biblioteca do Campus Curitiba

S237 Santos, Camila Marafigo dos
“Educação inclusiva: do que estamos falando?”. Camila
Marafigo dos Santos; Mércia Freire Rocha Cordeiro Machado –
Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2021. - 47 p.: il. color.
Formato: e-book

ISBN: 978-65-00-32301-6

1. Educação especial. 2. Educação inclusiva. 3. Acessibilidade
curricular. I. Machado, Mércia Freire Rocha Cordeiro. II. Institutos
Federais. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e
Tecnológica – ProfEPT. III. Título.

CDD: 23. ed. - **370**



Dedico este e-Book a todos os professores que apesar dos inúmeros percalços enfrentados, estão constantemente se reinventando e as pessoas com deficiência com as quais aprendi a jamais desistir.



PROFEPT

Mestrado Profissional em
Educação Profissional e Tecnológica
INSTITUTO FEDERAL
Paraná

Apresentação

1) Introdução	3
.....	
2) Falando das diferenças	4
.....	
3) Direitos das pessoas com deficiência	7
.....	
4) Educação Inclusiva	12
.....	
5) Terminologia	15
.....	
6) Educação Inclusiva na prática	17
.....	
7) Ainda sobre Educação Inclusiva	33
.....	
8) Mãos à obra	37
.....	
9) Referências	39

SUMÁRIO





Este e-Book é fruto de minha trajetória no ProfEPT, como profissional da educação e da observação pessoal de uma demanda frente ao ensino dos alunos que são público alvo da Educação Especial. Ao longo desses anos como docente, no que se refere a acessibilidade curricular, deparei-me com uma lacuna entre a legislação vigente e a prática no trabalho pedagógico com alunos que apresentam algum tipo de deficiência.

Este questionamento norteou minha pesquisa de mestrado, na qual os dados assinalaram que os professores têm dificuldade em ministrar aulas para alunos com deficiência em diferentes níveis de ensino.

Diante disso, o objetivo deste e-Book é oferecer aos professores uma ferramenta que auxilie na compreensão do que é a Educação Inclusiva, quem são os alunos com deficiência, suas principais características e de que forma podemos trabalhar de maneira mais efetiva com estes alunos.

Espero que ao final da sua leitura, você possa ter subsídios para iniciar esta jornada em direção a inclusão de seus alunos com deficiência, e sinta-se instigado a se aprofundar e ver que a inclusão de alunos com deficiência é possível.

**Bem vindos a este mundo cheio de possibilidade....
Boa leitura!**

Camila Marafigo dos Santos



APRESENTAÇÃO

1

INTRODUÇÃO

Com o advento do acesso à escola para todos, esta tem se tornado um espaço mais democrático, aberto a grupos que até pouco tempo atrás encontravam-se ou longe das salas de aula ou em espaços segregados, dentre estes grupos, estão os alunos com deficiência.

Segundo o Censo Escolar de 2018, o número de matrículas de alunos com deficiência teve um aumento de 33,2% em relação ao ano de 2014, atualmente há 1,2 milhão de estudantes matriculados nas escolas de todo o Brasil. Estaremos preparados para este desafio de educar crianças e jovens com deficiência? A escola como um espaço educativo tem conseguido suprir estas demandas, através dos mais variados meios de acessibilidade? As escolas têm se caracterizado como espaços inclusivos?

Com certeza estas perguntas rondam o imaginário de muitos professores que encontram em seu cotidiano um aluno com deficiência e se veem diante do desafio de ensinar para um aluno que muitas vezes não aprende da mesma forma que os demais ou em um ritmo diferente. O objetivo deste e-Book não é responder todas estas perguntas, nem esgotar o assunto, pois isto é impossível. O objetivo é levar você leitor a entrar nos principais conceitos da Educação Inclusiva e lhe dar dicas de como começar sua jornada junto ao aluno com deficiência.

Diante deste panorama, compreender quem são as pessoas com deficiência, seus direitos em termos educacionais e de que forma sua aprendizagem pode ocorrer de maneira mais efetiva, parece ser um bom caminho para iniciarmos.

2

FALANDO DAS DIFERENÇAS...

Você conhece alguém com deficiência? Em sua sala de aula, você observou se alguns de seus alunos possuem algum tipo de deficiência?

Você sabia? Que segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de um bilhão de pessoas no mundo apresentam algum tipo de deficiência (ONU, 2020)?



PARA SABER MAIS:

<https://news.un.org/pt/tags/pessoas-com-deficiencia>

Com certeza sua resposta será sim para uma das questões, pois, as pessoas com deficiência têm ocupado cada vez mais espaços na sociedade. Espaços que até então não eram ocupados por elas. Atualmente, pessoas com deficiência estão presentes nas escolas, na política, nas fábricas, bancos entre outros.

A relação da sociedade com essas pessoas foi se modificando ao longo da história, porém permeada por preconceitos e estereótipos que permanecem até hoje. Prova disso, são algumas frases muito comuns de serem repetidas, como:

- Pessoas com deficiência são incapazes!
- Pessoas com deficiência não aprendem!
- Pessoas com deficiência são infelizes e deprimidas!
- Tenho muita pena daquele ceguinho!
- Ele é surdo e mudo!
- Ensinar para pessoas com deficiência é coisa para especialistas!



Você já ouviu algumas dessas afirmações? Em sua sala de aula, você observou alguns **de seus alunos ou colegas falando alguma delas?**

Todo estigma, preconceito ou estereótipo se origina, na maioria das vezes, por falta de conhecimento sobre o assunto. Contudo, existe um esforço coletivo da sociedade e principalmente de grupos ligados às pessoas com deficiência para difundir informações sérias e relevantes para tornar conhecido o que seja a deficiência, quem são as pessoas com deficiência, seus direitos, potencialidades e possibilidades.

Um dos movimentos mais expressivos atualmente se dá no contexto escolar, visando que este espaço se torne mais inclusivo, respeitando as diferenças e a diversidade em seu interior.

Porém, se precisamos falar de inclusão escolar é porque provavelmente a exclusão está ocorrendo.

Há, segundo Barroso (2003) quatro mecanismos de exclusão escolar, dos quais:

- a escola exclui porque não deixa entrar os que estão fora.
- a escola exclui porque põe fora os que estão dentro.
- a escola exclui “incluindo”.
- a escola exclui porque a inclusão deixou de fazer sentido.

Ao excluir um aluno, fica evidente que as suas diferenças e identidade, algo único e singular, não foi respeitada. Contudo, apenas ter sua condição aceita, tolerada, não é suficiente: “é fundamental considerar as diferenças e – a partir delas – pensar e planejar uma intervenção pedagógica que contemple as funções daquilo que, institucionalmente, é a competência da Escola enquanto espaço da Educação (VIANNA e SILVA, 2014, p.9).



Incluir um aluno com deficiência na escola, não é apenas possibilitar a entrada deste aluno e o aceitar no espaço educativo, mas é prover meios para sua permanência, ou seja, é proporcionar a igualdade de acesso e condições de estudo e conclusão.

Para refletirmos sobre esta afirmação, vejamos a ilustração a seguir:



O que chama mais atenção nesta ilustração? Você identifica alguma disparidade?

De forma geral temos:

– quatro pessoas da mesma família que desejam andar de bicicleta.

A cada uma delas, foi ofertado uma bicicleta, o que inicialmente, parece ser justo e igualitário.

Porém as diferenças e as particularidades de cada um não foram levadas em consideração no primeiro momento, o que tornou esta ação fácil para uns, difícil para outros e impossível para um deles em particular.

O que essa ilustração nos ensina?

Quando respeitamos as características individuais, oferecendo a elas uma bicicleta compatível com suas necessidades, todos puderam aproveitar o passeio de forma equitativa. Ou seja, a diferenciação é premente para a superação das situações injustas de desigualdade.

O respeito as diferenças traz consequências positivas como: evitar o sofrimento e o constrangimento, possibilitar um ambiente mais acolhedor e educativo, onde todos aprendem com a diversidade.

3

DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Você sabia que há uma série de leis que amparam os direitos das pessoas com deficiência?

O direito à educação tem como fundamento a Constituição Federal de 1988.

O direito à educação, tem como fundamento a Constituição Federal de 1988. Os artigos 205 e 206 destacam que:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas do ensino;
IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional –(LDBEN)nº 9.394/96 preconiza que:

- Artigo 59: cabe à escola adequar-se para receber o aluno com deficiência proporcionando as condições necessárias para uma adequada aprendizagem de qualidade.
- Artigo 58: o ensino para as pessoas com deficiência deve ocorrer preferencialmente no ensino regular.

Já a Resolução CNE/CEB Nº 02/01, na qual são instituídas as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, resalta a importância da flexibilização curricular para os alunos com deficiência com vistas no acesso ao currículo e a uma aprendizagem mais efetiva.

Em 2006 a ONU aprovou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, e o Brasil sendo signatário desta convenção assume o compromisso de assegurar uma Educação Inclusiva em todos os níveis de ensino (BRASIL, 2008b).

Buscando acompanhar os avanços nos direitos das pessoas com deficiência, foi aprovada em 2008 a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008a) e que objetiva o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais, na tentativa de garantir: a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior;

o atendimento educacional especializado;
a continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino;
a formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar;
a participação da família e da comunidade;
a acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação;
a articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

Um marco importante em relação aos direitos das pessoas com deficiência foi estabelecido pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI), promulgada em 06 de julho de 2015, que nomeia diversos meios para possibilitar a garantia dos direitos das pessoas com deficiência, como destaque pode-se citar:

- Direito à educação e saúde;
- Direito ao atendimento educacional especializado, bem como todos os meios necessários para o acesso e permanência das pessoas com deficiência em todos os níveis de ensino;
- Atendimento prioritário nos mais diversos serviços;
- Prevê multa e até prisão a quem cometer atos discriminatórios.

A LBI trouxe importantes avanços aos direitos fundamentais das pessoas com deficiência, especialmente a equidade de oportunidades e principalmente de acesso e permanência à educação.



Na contramão destes avanços, no ano de 2020 o Decreto 10.502, publicado em 01.10.2020, a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida causou grande polêmica no contexto da Educação Especial ao propor o retorno de classes e escolas especializadas como alternativa a educação dos alunos com deficiência. Tal decreto mostrou-se totalmente contrário aos princípios da Educação Inclusiva que, preconizam a equidade ao ensino, de modo que, é um direito de todos, pessoas com deficiência ou não, compartilharem o mesmo espaço educacional e a garantia do pleno acesso ao conhecimento através de recursos e tecnologias necessárias ao desenvolvimento da aprendizagem dos alunos conforme suas particularidades.

No dia 18 /12/2020 o Supremo Tribunal Federal referendou, por maioria, a liminar concedida pelo ministro Dias Toffoli suspendendo o decreto 10.502/20.

Todas essas normativas trouxeram importantes avanços aos direitos fundamentais das pessoas com deficiência, no que se refere as questões equitativas, inclusivas e com vistas no aprendizado ao longo de toda a vida. Contudo é importante ressaltar, que não bastam apenas leis, mas os meios necessários para a implementação e fiscalização de que estas estejam sendo cumpridas.

4

EDUCAÇÃO INCLUSIVA



Você sabe o que é Educação Inclusiva? Consegue descrever que características uma escola deve ter para ser inclusiva?

VOCÊ SABIA? A Educação Inclusiva compreende a escola como um espaço para todos.

“Os alunos constroem o conhecimento segundo suas capacidades, expressam suas ideias livremente, participam ativamente das tarefas de ensino e se desenvolvem como cidadãos, nas suas diferenças” (ROPOLI, 2010).

A proposta de Educação Inclusiva foi tratada pela primeira vez na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), proposta esta, assumida por vários países, inclusive o Brasil. Este documento propunha implementar em todos os sistemas de ensino, programas que levassem em conta as características e necessidades individuais de cada aluno, garantindo qualidade de ensino para todos (Sampaio e Sampaio, 2009).

Numa educação dentro da perspectiva inclusiva, não há espaço para a separação entre normais e especiais. Mas sim há um respeito pelas diferenças possibilitando o desenvolvimento não apenas dos alunos com deficiência, mas dos demais alunos, que podem aprender com a diversidade.

A Educação Inclusiva envolve muitos fatores, para que ocorra de maneira efetiva e proporcione condições de acesso, permanência e êxito das pessoas com deficiência. É necessário estabelecer inúmeras ações com vistas a garantia do princípio inclusivo da acessibilidade para o aluno com deficiência, são elas:



a) Acessibilidade física e instrumental: refere-se à utilização dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações e serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação.

b) Acessibilidade comunicacional: assegura, no processo educativo de alunos que apresentam dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais educandos, a acessibilidade aos conteúdos curriculares através do Sistema Braille ou Língua de Sinais.

c) Acessibilidade atitudinal: refere-se à implantação de práticas de sensibilização e de conscientização geral para a convivência diante da diversidade humana.

d) Acessibilidade curricular: garante aos alunos com deficiência, currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às suas necessidades.

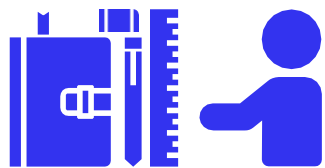
Nakayama, 2007

Os princípios da educação inclusiva estão relacionados ao papel formativo e ético da escola que são:

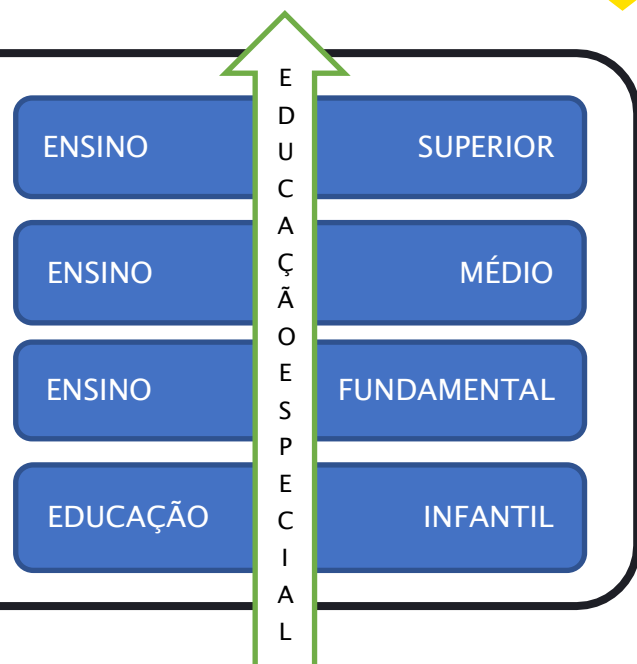
- a) celebração das diferenças;
- b) direito de pertencer;
- c) valorização da diversidade;
- d) solidariedade humana;
- e) igualdade;
- f) cidadania (SASSAKI, 1997 p.17).

A Educação Inclusiva vai muito além do ingresso de alunos com deficiência no espaço escolar, ela passa pela mudança de paradigma, ou seja, há a necessidade da mudança de visão e direção, de modo que todos sejam verdadeiramente incluídos.

Uma escola que acolhe e respeita as diferenças é fundamental para todos, mas de modo especial para os alunos com deficiência.



A Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis e etapas do ensino, devendo estar presente desde a Educação Infantil até o Ensino Superior. Deve oferecer aos alunos com deficiência, serviços, recursos e estratégias de acessibilidade tanto do ambiente quanto dos conhecimentos escolares. Portanto, não se trata de um ensino paralelo para o aluno.



5

TERMINOLOGIA



Portador de deficiência?
Necessidades Especiais?
Afinal qual terminologia deve-se usar ao se referir a alguém com deficiência?

VOCÊ SABIA? Ao longo da história, utilizaram-se vários termos para se referir a pessoa com deficiência. As terminologias foram se modificando e cada uma a seu tempo expressava o que se pensava a respeito das pessoas com deficiência.

Atualmente a terminologia pessoa com deficiência é o termo mais adequado, pois está de acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da Organização das Nações Unidas (ONU), ao qual o Brasil ratificou com valor de emenda constitucional em 2008. Termos como pessoa portadora de deficiência não devem ser usados, pois a pessoa com deficiência não porta sua deficiência, mas possui uma deficiência, e antes de tudo é uma pessoa. Do mesmo modo, terminologias como necessidades educacionais especiais, podem ser muito genéricas e imprecisas ocultando as reais necessidades das pessoas com deficiência contribuindo com a manutenção da indefinição de políticas educacionais para esta população (CORDEIRO, 2013).

• Pessoa com deficiência: atualmente é o termo mais adequado, pois está de acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

• Pessoas com Necessidades Especiais: este termo é muito genérico e impreciso, ocultando as reais necessidades das pessoas com deficiência, contribuindo com a manutenção da indefinição de políticas educacionais para esta população (Cordeiro, 2013).

• Pessoa Portadora de Deficiência: este termo não deve ser utilizado, pois, a pessoa com deficiência não porta sua deficiência, mas sim, possui uma deficiência e antes de tudo é uma pessoa.

• Pessoas deficientes: este termo apresentou avanços por atribuir o valor de “pessoa” aqueles que tinham deficiência, porém sinalizava que a pessoa inteira era deficiente.

• Pessoas Excepcionais: este termo era usado para se referir às pessoas com deficiência intelectual. Atualmente o termo correto seria Pessoa com Deficiência Intelectual.

• Incapazes, inválidos: termo pejorativo que não deve ser usado por estar associado a ineficiência, e deficiência não é sinônimo de incapacidade.



6

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PRÁTICA



Em seu cotidiano escolar você tem alunos que apresentam algum tipo de deficiência?

VOCÊ SABIA? Segundo o Censo Demográfico de 2010, existem 45,6 milhões de pessoas que declaram ter algum tipo de deficiência no Brasil, representando 23,9 % da população brasileira.

Segundo a Lei Brasileira de Inclusão pessoas com deficiências são:

[...] aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas (Brasil, 2015).

As principais deficiências, segundo o Glossário da Educação Especial 2020, são: deficiência física, deficiência visual, deficiência auditiva/surdez e deficiência intelectual.



Deficiência física

Consiste em impedimentos físicos e/ou motores que demandam o uso de recursos, meios e sistemas que garantam acessibilidade ao currículo e aos espaços escolares.

São exemplos de deficiência física: paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, dentre outros. (GLOSSÁRIO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2020, P.6,7 e 8).

Como vemos pela definição, a deficiência física compreende vários tipos de limitações físicas. Assim, podemos encontrar alunos que apresentam desde a paralisia de um membro ou de um segmento do corpo até a paralisia total dos membros.

Muitos acreditam que ter deficiência física significa que o aluno terá uma limitação cognitiva, principalmente se há ausência ou dificuldade de comunicação, assim sua capacidade é subestimada. Isto não é verdade! Muitos alunos com deficiência física apresentam potencial cognitivo preservado. Estes alunos podem aprender se suas características forem respeitadas e se forem oferecidos os apoios necessários. O grau de comprometimento dos membros vai refletir nos níveis de apoio e o tipo de tecnologia assistiva necessária. A maioria dos alunos com deficiência física vai se beneficiar com adequações e modificações no espaço escolar e nos materiais que utiliza em seu cotidiano escolar.

Tecnologia assistiva refere-se a todo o arsenal de recursos que auxiliam na ampliação das habilidades funcionais de pessoas com deficiência possibilitando melhor qualidade de vida e conseqüentemente a inclusão social e escolar.

Ou seja, é buscar de maneira criativa soluções funcionais para auxiliar o aluno a superar obstáculos que o impedem de realizar determinadas atividades em seu cotidiano escolar.

Vejamos alguns tipos de tecnologias assistivas que podem ser utilizadas na escola:

1) Auxílios para a vida diária, material escolar e pedagógico:

Materiais e produtos para auxílio em tarefas rotineiras tais como comer, escrever e executar necessidades pessoais etc. Exemplo: engrossador de lápis ou caneta, o plano inclinado para aproximar o papel do campo visual do aluno sem precisar que se incline.



2) Comunicação aumentativa e alternativa (CAA)

Recursos, eletrônicos ou não, que permitem a comunicação expressiva e receptiva das pessoas sem a fala ou com limitações da mesma. Exemplos: prancha de comunicação, pranchas alfabéticas e de palavras, a construção de cartões de comunicação, símbolos de comunicação pictórica, vocalizadores.

3) Recursos de acessibilidade ao computador

Equipamentos que permitem ao aluno com deficiência utilizar o computador. Teclado e mouse adaptado, ponteiras.

4) Projetos arquitetônicos para acessibilidade

Adaptações estruturais e reformas no ambiente escolar, através de rampas, elevadores, adaptações em banheiros entre outras, que retiram ou reduzem as barreiras físicas, facilitando a locomoção do aluno com deficiência.



Muitas inquietações aparecem quando o professor se depara com um aluno com deficiência física. Como vou ensiná-lo se ele não fala? Como farei uma prova se ele não escreve? E a aula de educação física?

Inicialmente é importante o professor buscar parceria com o professor do atendimento educacional especializado (AEE) e com os demais profissionais que o atendem como fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, psicólogos.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE), segundo a Resolução CNE/ CEB nº 4/2009, tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

Esta equipe junto a escola poderá encontrar os melhores caminhos para construir os recursos e adaptações necessário para o aluno com deficiência física.

Um segundo passo é conhecer este aluno, sua história, o tipo de deficiência física que apresenta (paralisia cerebral, hemiplegia, tetraplegia, nanismo, etc).

Posteriormente fazer um levantamento das necessidades e habilidades deste aluno e verificar possíveis barreiras no âmbito escolar. Traçar metas e objetivos para a superação destas barreiras juntamente com a equipe que o acompanha é muito importante. A partir deste levantamento dispor os recursos e estratégias necessários para que o aluno participe de forma efetiva e tenha um aprendizado satisfatório. Estar sempre atendo aos desafios que vão surgindo diariamente e avaliar o resultado do aluno ao utilizar os recursos e estratégias proposto também é fundamental.

Vale ressaltar que se deve estar atento as particularidades dos alunos que apresentam deficiência física, de modo que um ensino homogeneizado, nem sempre será o melhor caminho a ser adotado, pois ao invés de investir nas possibilidades se está acentuando as dificuldades.

Você poderá obter mais informações sobre o atendimento educacional ao aluno com deficiência física no portal do Mec



<https://www.gov.br/mec/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes>

Deficiência Auditiva e Surdez

O Decreto Federal 5626 /05 apresenta uma definição interessante sobre quem é a pessoa surda e sobre a deficiência auditiva,

considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz. (BRASIL, 2005)

Segundo as autoras Cláudia Bisol e Tania Mara Sperb (2010) ao se usar o termo deficiência auditiva está se utilizando o que se convencionou chamar de modelo clínico-terapêutico de surdez. O direcionamento se centra na reabilitação da perda auditiva, ou seja, deve-se tentar a cura do problema auditivo através de implantes cocleares, próteses e a correção dos defeitos da fala por meio da aprendizagem da língua oral.

Na década de 1970 do século XX, ganhou força o modelo cultural de surdez, também conhecido como modelo socioantropológico. Este modelo propõe que a surdez seja vista como uma diferença cultural que seria basicamente análoga a de outras minorias étnicas e linguísticas.

Ser surdo é reconhecer-se por meio de uma identidade compartilhada por pessoas que utilizam língua de sinais e não veem a si mesmas como sendo marcadas por uma perda, mas como “membros de uma minoria linguística e cultural com normas, atitudes e valores distintos. A deficiência biológica existe, mas não deve ser o que define os surdos e a sua identidade. Os surdos desejam ser vistos a partir de sua diferença linguística, pois, fazem parte de uma minoria linguística. Quando os surdos estão se comunicando em Libras, linguisticamente, não há deficiência!

Assim pode-se encontrar pessoas com perdas auditivas bastante significativas e que não fazem uso de língua de sinais e nem se identificam com a comunidade e cultura surda. O contrário também pode-se encontrar, como pessoas com perdas auditivas consideradas leves e que fazem uso da LIBRAS (Língua brasileira de sinais) e se identificam com a cultura e comunidade surda. Assim o fator preponderante para o uso de um ou outro termo é a identificação e participação na comunidade surda e não a profundidade da perda auditiva.



O trabalho pedagógico com os alunos com surdez deve ter como base o bilinguismo, ou seja, a língua brasileira de sinais e a língua da comunidade ouvinte ao qual o surdo está inserido. A libras como primeira língua e o português escrito como segundo língua.

Mas por que a LIBRAS como primeira língua e não o português? Porque a língua brasileira de sinais é a língua adquirida naturalmente pelos surdos e ao se negar este direito provocam-se perdas importantes nos aspectos cognitivos, sociais, afetivos, linguísticos e principalmente na aprendizagem desses alunos.

VOCÊ SABIA? A Língua Brasileira de Sinais é uma língua e não uma linguagem.

Possui gramática, semântica e sintaxe própria. É uma língua de caráter gestual-visual, ou seja, a sinalização e os gestos faciais e corporais são fundamentais durante a comunicação. Cada país possui sua própria língua de sinais, mesmo no Brasil, a Libras sofre modificações de região para região, possuindo, então, regionalismos.

A escrita do aluno surdo nem sempre será estruturada da mesma forma de um aluno ouvinte que tem como primeira língua o português. Segundo Streichen e Lemke (2014) há uma independência sintática entre a Libras e a Língua Portuguesa, pois, alguns elementos usados na Língua Portuguesa, falada e escrita, como: artigos, conjunções, preposições e alguns tipos de verbos não são usados em Libras.

Como vimos o bilinguismo propõe a língua de sinais como primeira língua portanto é muito importante a presença em sala de aula de um tradutor/interprete de libras para a mediação linguística e o acesso aos conteúdos que estão sendo trabalhados. Não confundir surdez com deficiência intelectual. O aluno surdo geralmente tem sua inteligência preservada.

Xavier (2020) sugere alguns recursos pedagógicos que podem auxiliar o processo de aprendizagem do aluno surdo, são eles:



Trechos de filmes.

Os recursos das obras cinematográficas podem ser bastante proveitosos para sensibilizar os estudantes, para dar origem ao tema escolhido e a partir daí gerar discussões com a turma, usar recursos das imagens para que os estudantes surdos percebam o tempo histórico, o cenário, vestuário, a diversidade cultural, efeitos etc. Usar filmes com legendas.



Imagens.

Está comprovada através de inúmeras pesquisas que o trabalho com imagens (pinturas, desenhos, fotografias, diagramas, gravuras, filmes, entre outras) ajudam o estudante surdo pensar com significado, construir e interpretar de forma mais clara aquilo que está sendo estudado. Isto porque sabemos, que apesar do grande avanço da Libras, ainda existem muitos termos técnicos que não existe sinal aprovado pela comunidade surda.



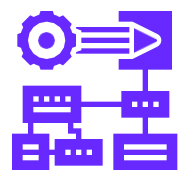
Tecnologia da informação e comunicação.

As tecnologias são importantes, pois permitem as pessoas surdas entrarem no mundo digital, como também melhorar sua socialização. Com o uso da internet, por exemplo, o surdo pode encontrar textos, imagens, produzirem efeitos visuais, conversar por chamadas de vídeos (usando a língua de sinais), conversar por mensagens de texto (aprimorando a escrita da Língua Portuguesa) através de sites de conversas e relacionamento como MSN, WhatsApp e ICQ, e utilizar softwares educativos e aplicativos direcionados a comunidade surda.



Charges, tiras e histórias em quadrinhos.

Estes tipos de recursos tem uma boa aceitação para os estudantes surdos, pois além de trazerem imagens e textos mais curtos e objetivos, possuem uma linguagem caricatural que chama a atenção dos leitores. Além de tudo podem desenvolver a argumentação crítica dos alunos surdos.



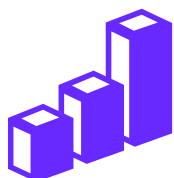
Mapas conceituais.

Pode ser utilizado pelo professor em uma abordagem inicial do conteúdo. Como este recurso se apoia na organização visual dos conceitos, podem favorecer na compreensão e elaboração dos conhecimentos.



Materiais concretos.

O uso de materiais concretos estimula os estudantes surdos a aplicarem as teorias formuladas às atividades, desenvolvendo a criatividade dos mesmos, ajudando-os a analisar e entender o funcionamento dos mais diversos mecanismos físicos e principalmente para contribuir com que estes organizem suas ideias a partir de uma lógica mais sofisticada de pensamento.



Gráficos, tabelas, quadros e mapas.

Estes recursos melhoram a leitura do conteúdo já que apresentam as informações de maneira visual.



Para saber mais: Sugestão de alguns filmes sobre surdos

| <https://www.librasol.com.br/10-filmes-para-quem-quer-entender-melhor-sobre-surdos/>



Deficiência visual

Consiste na perda total ou parcial da visão, congênita ou adquirida, em nível variável. Pode ser classificada em cegueira e baixa visão (GLOSSÁRIO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2020, P. 6,7 e 8).

De todos os seus sentidos, qual o que você mais usa?

Com certeza sua resposta será a visão. A visão reina absoluta, nos permitindo perceber, formas, cores, tamanhos, integrá-los e associá-los a outros sentidos e gradativamente construir nosso repertório de memórias visuais.



E quem é deficiente visual, como constrói suas memórias?

A cegueira, segundo o glossário da educação especial (2020) consiste na perda total da função visual ou pouquíssima capacidade de enxergar. Ela pode ser congênita (nascimento) ou adquirida, devida a uma causa orgânica (p. ex. glaucoma) ou devido a um acidente. Nas pessoas cegas as percepções das informações táteis, olfativas e sinestésicas são mais desenvolvidas, pois elas recorrem a estes sentidos remanescentes para decodificar e guardar na memória as informações, já que a visão não é o seu principal sentido utilizado.

A escola tem um papel muito importante ao proporcionar o máximo de experiências corporais aos alunos cegos, usando os sentidos remanescentes.

É necessário que o aluno cego reconheça o ambiente escolar e especialmente a sala de aula. O mobiliário deve ser estável e se houver alguma mudança ele deve ser avisado.

A linguagem oral é um fator bastante importante para o aluno cego, portanto o professor deve descrever objetos, figuras, situações e atividades, de modo que o aluno possa integrar estas informações, formar conceitos e compreender o mundo a sua volta.

Na exibição de um filme, documentário ou vídeo é necessário o uso da descrição oral ou leitura de legenda simultânea. Pode-se apresentar um resumo anteriormente da atividade programada. Também deve-se utilizar a descrição oral de símbolos, legendas e diagramas.

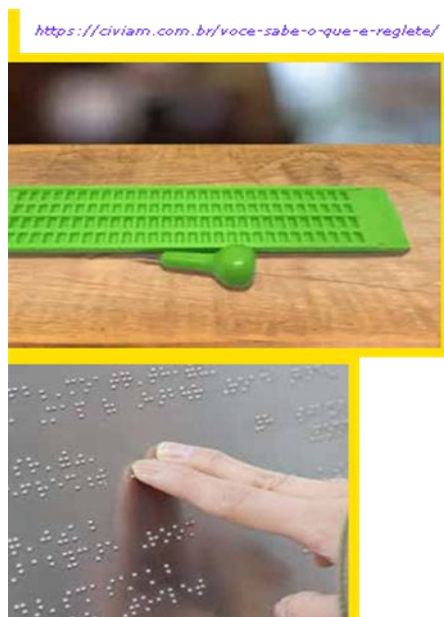
Tabelas, gráficos, desenhos devem ser apresentados em alto relevo. Nas atividades de educação física por exemplo, pode-se utilizar materiais como cordas, bolas, massas e guizos.



VOCÊ SABIA?

O Sistema Braille foi criado por Louis Braille em 1825, na França. Consiste no meio pelo qual as pessoas cegas leem e escrevem. É composto por pontos que combinados representam as letras do alfabeto, números e outros símbolos gráficos.

A escrita braille é feita por meio de uma reglete e punção ou numa máquina braille



A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T
U	V	W	X	Y	Z	1	2	3	4
5	6	7	8	9	0	'	,	#	space



PARA SABER MAIS: Braille virtual é um curso online para difundir o ensino do sistema braille as pessoas que veem.

| <http://www.braillevirtual.fe.usp.br/>



Outro recurso bastante usado por pessoas cegas para fazer cálculos matemáticos é o Sorobã. Trata-se de um ábaco que contém cinco contas em cada eixo e borracha compressora para deixar as contas fixas.

Quanto a recursos tecnológicos, há leitores de tela com síntese de voz que permitem a pessoa cega navegar na internet, ler textos, acessar correio eletrônico. Os mais utilizados no Brasil são: DOSVOX, VIRTUAL VISION e JAWS.

A baixa visão segundo o Glossário da Educação Especial (2020) é:

Perda parcial da função visual. Nesse caso, o aluno possui resíduo visual, e seu potencial de utilização da visão para atividades escolares e de locomoção é prejudicado, mesmo após o melhor tratamento ou a máxima correção óptica específica. Desse modo, o aluno necessita de recursos e materiais didáticos acessíveis, como, por exemplo, material em letra ampliada, dentre outros.

As principais características do aluno com baixa visão são:

- *Campo visual reduzido (central ou periférico)
- *Diminuição da acuidade visual (para perto ou para longe)
- *Alterações de sensibilidade ao contraste, na percepção de cores
- *Dificuldades para reconhecer pessoas ou objetos
- *Dificuldades na orientação e mobilidade.

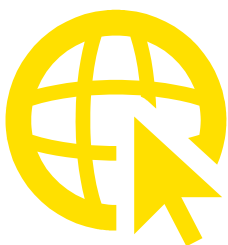
(VIANNA, SILVA e GRECA, 2014)

O trabalho pedagógico com o aluno com baixa visão pode ser complexo inicialmente para o professor, pois geralmente o aluno irá oscilar entre momentos de ver e não ver. Especialmente se algumas condições forem desfavoráveis, como baixa luminosidade, cores que não contrastam, atividades impressas que não condizem com o potencial da visão.

Portanto alguns pontos devem ser sempre observados pelo professor. Estas dicas são bastante úteis e foram retiradas do curso Educação Inclusiva: direito à diversidade ofertado pelo Mec (BRASIL, 2007):

- Sentar o aluno a uma distância de aproximadamente um metro do quadro negro na parte central da sala.
- Evitar a incidência de claridade diretamente nos olhos .
- Estimular o uso constante dos óculos, caso seja esta a indicação médica.
- Colocar a carteira em local onde não haja reflexo de iluminação no quadro negro.
- Posicionar a carteira de maneira que o aluno não escreva na própria sombra.
- Adaptar o trabalho de acordo com a condição visual do aluno.
- Em certos casos, conceder maior tempo para o término das atividades propostas, principalmente quando houver indicação de telescópio.
- Ter clareza de que o aluno enxerga as palavras e ilustrações mostradas.
- Sentar o aluno em lugar sombrio se ele tiver fotofobia (dificuldade de ver bem em ambiente com muita luz).
- Evitar iluminação excessiva em sala de aula.
- Observar a qualidade e nitidez do material utilizado pelo aluno: letras, números, traços, figuras, margens, desenhos com bom contraste figura/fundo.
- Observar o espaçamento adequado entre letras, palavras e linhas.
- Utilizar papel fosco, para não refletir a claridade.
- Explicar, com palavras, as tarefas a serem realizadas.

Um último aspecto importante, conhecer o aluno com deficiência visual, seu diagnóstico, seu potencial visual, seu histórico familiar, bem como os recursos pedagógicos disponíveis é fundamental para o sucesso da aprendizagem destes alunos.



PARA SABER MAIS: O site da fundação Dorina Nowil traz informações bastante relevantes sobre a inclusão das pessoas com deficiência visual.

<https://fundacaodorina.org.br/>



Deficiência Intelectual

Caracteriza-se por alterações significativas, relacionadas a déficit tanto no desenvolvimento intelectual quanto na conduta adaptativa e na forma de expressar habilidades práticas, sociais e conceituais. GLOSSÁRIO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2020, p. 6,7 e 8).



Você sabe por que não se utiliza a terminologia deficiência mental ou retardo mental para se referir as pessoas com deficiência?

Esta terminologia não deve ser utilizada, pois, gera preconceito e estigmatização, pois, leva em consideração apenas a deficiência da pessoa e não levando em conta os demais aspectos que constituem a pessoa com deficiência intelectual. Portanto, o termo correto é deficiência intelectual, para enfatizar que é a dimensão intelectual associada a interação com o meio social da pessoa que é afetada e para diferenciar de doença mental.

Doença mental: são condições de saúde que envolvem mudanças na emoção, pensamento ou comportamento (ou uma combinação delas).

Ensinar o aluno com deficiência intelectual é um dos grandes desafios para os professores, pois coloca frente a frente conceitos sobre inteligência, capacidade e aprendizagem.

As principais características de um aluno com deficiência intelectual são:

- Déficit nas funções cognitivas, memória, atenção, linguagem, percepção.
- Dificuldade em generalizar, abstrair e transferir conhecimentos adquiridos anteriormente.
- Dificuldade no planejamento e resolução de situações problemas.

A deficiência do aluno não deve ser vista pelo professor como uma incapacidade de aprender. Deve-se focar no potencial de aprendizagem deste aluno e de que maneira o professor poderá favorecer ao máximo a aprendizagem.

Assim é importante que a escola oportunize:

- * Situações desafiadoras que o permitam desenvolver sua aprendizagem e principalmente permitam a eles trabalhar de forma contextualizada e cooperativa com seus pares.
- * Atividades que levem em consideração os interesses do aluno com deficiência intelectual baseado nas experiências prévias.
- * Estabelecer relações entre o conteúdo trabalhado com situações concretas.
- * Possibilitar o máximo de situações e atividades escolares significativas.

O professor deve ao planejar suas aulas, pensar e incluir o aluno com deficiência intelectual, podendo realizar ajustes nas atividades ou avaliações para que o aluno participe de modo efetivo de todas elas e progressivamente adquira o conhecimento desejado. A parceria com a equipe que realiza o atendimento educacional especializado (AEE) é muito importante para que estes ajustes se caracterizem como um meio de acesso ao aluno aos conteúdos e avaliações propostas e não como um currículo paralelo.



7

AINDA SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA...



Você sabia que o Transtorno do Espectro Autista não é considerado uma deficiência?

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) como o próprio nome refere é um transtorno e não uma deficiência. Este transtorno inicia-se geralmente na primeira infância e caracteriza-se por:

Quadro clínico caracterizado por deficiência persistente e clinicamente significativa que causa alterações qualitativas nas interações sociais recíprocas e na comunicação verbal e não verbal, ausência de reciprocidade social e dificuldade em desenvolver e manter relações apropriadas ao nível de desenvolvimento da pessoa. Além disso, a pessoa apresenta um repertório de interesses e atividades restrito e repetitivo, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados. Assim sendo, são comuns a excessiva adoção de rotinas e padrões de comportamento ritualizados, bem como interesses restritos e fixos. GLOSSÁRIO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2020, p. 6)

Alguns autistas podem apresentar deficiência também, porém esta não é causada pelo TEA, mas é uma **comorbidade**. Em termos de legislação a pessoa com autismo é considerada deficiente e tem todos os direitos legais de uma pessoa com deficiência.

Comorbidade: é a junção de uma ou mais doenças (deficiências, transtornos) em uma mesma pessoa.

As principais características de um aluno com TEA são:

- Dificuldade na comunicação.
- Dificuldade na interação social.
- Alguns podem apresentar movimentos estereotipados como bater as mãos, movimentos com o tronco.
- Inflexibilidade com rotinas e dificuldades com mudanças.
- Interesses insistentes por determinados coisas ou assuntos.

Dentro do Transtorno do Espectro Autista há uma variedade de graduações e manifestações. Assim poderemos encontrar alunos com TEA que falam, outros não, alguns apresentam estereotípias motoras, outros não. Alguns se alfabetizam outros não.



Como professor o que posso fazer em sala de aula com meu aluno com TEA?

Muitas vezes, é importante o contato com a equipe multidisciplinar que atende o aluno com TEA para conhecer melhor estes comportamentos e criar uma rede de apoio (família, escola e equipe multidisciplinar) visando um bom resultado no processo de aprendizagem deste aluno.

- Introduzir um conceito por vez com instruções simples e diretas.
- Avançar gradativamente o grau de complexidade de um conteúdo.
- Ajustar o tempo de realização da tarefa ou avaliação levando em conta a condição de manter o foco atencional e, se necessário, segmentar a tarefa.
- Proporcionar atividades em grupo

PARA SABER MAIS: A Lei nº 12.764 do dia 27 de dezembro de 2012 que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista assegura todos os direitos das pessoas com autismo.



E os alunos com altas habilidades/superdotação onde se enquadram, quem são?

Pessoas com altas habilidades/ superdotação (AH/SD) demonstram elevado potencial intelectual, acadêmico, de liderança, psicomotor e artístico, de forma isolada ou combinada, além de apresentarem grande criatividade e envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. (GLOSSARIO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2020, p.6)

Os alunos com altas habilidades/superdotação são público alvo da educação especial, porque, necessitam de um olhar e de estratégias pedagógicas diferenciadas. Muitas vezes, estes alunos passam despercebidos no ambiente escolar, pois, há o mito de que estes alunos tem um ótimo desempenho escolar e que aprendem sem dificuldade alguma. Porém, quando o aluno não se sente desafiado cognitivamente, tende a se desmotivar e apresentar problemas comportamentais. Por outro lado, podem ser aqueles alunos que fazem muitas perguntas, são insistentes especialmente em relação aos assuntos de seu interesse, o que pode gerar um certo desconforto na turma. Também, em alguns casos os alunos com altas habilidades tendem a apresentar um bom desempenho em suas áreas de interesse e nas demais nem tanto, o que pode resultar em um baixo rendimento escolar. Daí a necessidade de um suporte especializado visando além da potencialização das habilidades do aluno, engajá-lo de forma efetiva na classe comum, de modo a tornar sua aprendizagem o mais proveitosa possível.

Segundo Renzulli (2001) para ser considerado aluno com superdotação / altas habilidades deve apresentar: habilidade acima da média; envolvimento com a tarefa e criatividade, como pode ser visto pela união dos três anéis.



Além destas características pode-se observar também:

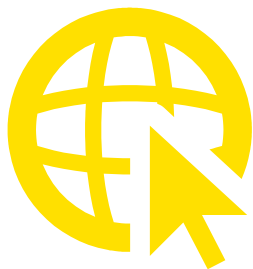
- Boa memória
- Iniciativa
- Vocabulário avançado para sua idade
- Senso de humor
- Interesse por conhecimento
- Sabe lidar bem com ideias abstratas
- Resolve problemas de forma criativa e pouco usual

Como escola, o que podemos fazer pelo aluno com altas habilidades superdotação?

Deve-se ter claro que a aprendizagem do aluno com altas habilidades/superdotação passa pelos aspectos afetivo e social, além do cognitivo. Portanto, um ambiente acolhedor que valorize os sentimentos e as relações sociais é muito importante.

O professor pode criar estratégias instrucionais que estimulem o estudo independente do aluno do conteúdo ou tópicos específicos que estão sendo estudados.

O trabalho com projetos de acordo com a área de interesse do aluno com altas habilidades/superdotação também é uma estratégia interessante a ser usada que geralmente dá ótimos resultados.



PARA SABER MAIS: Neste site você encontra mais informações sobre o aluno com altas habilidades/superdotação

<http://www.apahsd.org.br/>

8

MÃOS À OBRA...

Ensinar dentro da perspectiva de uma Educação Inclusiva é um grande desafio para todos, porém é um caminho possível. Um ponto importante para o sucesso da inclusão e que todos os envolvidos devem estar atentos, é a parceria, escola, família e atendimento educacional especializado (AEE/ Sala de Recursos Multifuncionais).

O trabalho colaborativo entre o AEE e os professores do ensino comum tem como objetivo compartilhar a responsabilidade de planejar e implementar o processo de ensino aprendizagem dos alunos que são público alvo da educação especial, ou seja, juntos buscar as melhores estratégias e ajustes para uma efetiva aprendizagem.

É na troca de saberes entre os professores, que novos conhecimentos surgem para potencializar o processo de ensino e aprendizagem de todos os estudantes.

Certamente as informações e sugestões propostas aqui, não são as únicas, mas acreditamos que elas possam servir para iniciar o trabalho dentro de uma perspectiva inclusiva, possibilitando aos professores e educadores em geral, desenvolver e buscar a partir destas, outras estratégias, visando a aprendizagem de todos os alunos, sejam ele público alvo da educação especial ou não.

A seguir a sugestão de um esquema que poderá ser utilizado no planejamento das aulas.



Produzido pela autora 2021

Finalizando este trabalho, queremos convidar você que leu este e-Book a transpor estas páginas e ir ao encontro da melhor maneira de aprendizagem dos seus alunos público alvo da Educação Especial. Então mãos à obra...

9

REFERÊNCIAS:

BARROSO, J. Factores organizacionais da exclusão escolar: a inclusão exclusiva. In: RODRIGUES, David (org). Perspectivas sobre a inclusão: da educação à sociedade. Porto, Portugal: Editora Porto, 2003.

BISOL, C. e SPERP, T. M. Discursos sobre a Surdez: Deficiência, Diferença, Singularidade e Construção de Sentido. Psicologia: Teoria e Pesquisa Jan-Mar 2010, Vol. 26 n. 1, pp. 7-13.

BRASIL. (Constituição 1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República (2019).Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso em 06 de set. de 2019.

BRASIL. Lei nº9394 de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficialda União. Poder Legislativo, Brasília Df, 27 dez, 1996. Disposnível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 06 de set. De 2019.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 02/01. Institui Diretrizes nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 20 de ago. de 2020.

BRASIL; Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Dispões sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Diário Oficial da União, Brasília DF. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 05 de set. De 2021.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Secretaria de Educação a Distância. Formação Continuada a distância de professores para o Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Visual. Brasília: MEC/SEESP/ SEED, 2007.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Ministério da Educação; Brasília – DF. 2008a. Disponível em: www.mec.gov.br. Acesso em: 15 de março de 2021.

BRASIL. Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em 30 de março de 2007 pela assembleia da Organização das Nações Unidas (ONU), ratificados pelo Brasil por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008b. Diário Oficial da União, Brasília DF. Disponível em: <www.planalto.gov.br> Acesso em: 21 de ago. de 2020.

BRASIL. Resolução CNE/ CEB nº 4/2009 Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: MEC. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/> > Acesso em 20 de out. de 2021.

BRASIL. Lei nº 12.764 do dia 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília DF, Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 15 de março de 2020.

BRASIL. Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília DF, Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 05 de fev. de 2021.

BRASIL. Decreto nº 10.502 de 01 de outubro de 2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília DF, Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 05 de fev. de 2021.

CORDEIRO, D. R. C. L. A inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de educação profissional. Marília, 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2013. Orientador: Anna Augusta Sampaio de Oliveira.

GLOSSÁRIO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: Censo Escolar 2020 [recurso eletrônico]. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020

NAKAYAMA, A. M. Educação Inclusiva: Princípios e Representação. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, 2007.

ONU. A ONU e as pessoas com deficiência. 2020 Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-com-deficiencia>>. Acesso em 14 de janeiro de 2020.

RENZULLI, J.S. Os fatores da excepcionalidade, in Anais do XIV Congresso Mundial de Superdotação e Talento, Espanha: Barcelona, 2001.

ROPOLI, E. A. et al. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, Universidade Federal do Ceará, 2010.

SAMPAIO, C.T.; SAMPAIO, S.M.R. Educação inclusiva: o professor mediando para a vida. Salvador: EDUFBA, 2009.

SASSAKI, R.K. Inclusão, Construindo uma Sociedade para Todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

STREIECHEN, L. M.; LEMKE, C. K. Análise da produção escrita de surdos alfabetizados com proposta bilíngue: implicações para a prática pedagógica. Revista Brasileira de Linguística Aplicada, Belo Horizonte, v. 14, n. 4, dezembro de 2014.

UNESCO, Ministério da Educação e Ciência da Espanha. Declaração de Salamanca e Linhas de ação sobre necessidades Educativas Especiais. 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 5 de out. de 2020.

VIANNA, C. R; SILVA, R. A. F; GRECA, L. C. M. Quem são eles? Os alunos da minha sala de aula? Pacto Nacional pela Alfabetização na idade certa- Educação Inclusiva. 1 ed. Brasília MEC/SEB, 2014.

VIANNA, C. R; SILVA, R. A. F. Uma sociedade que exclui, e uma escola... Pacto Nacional pela Alfabetização na idade certa - Educação Inclusiva. 1 ed. Brasília MEC/SEB, 2014

XAVIER, N.S. Ensino para surdos: um olhar sobre estratégias metodológicas para o ensino de alunos surdos no IF Sertão PE/ Produto Educacional parte da dissertação intitulada "O percurso dos estudantes surdos no ensino profissional e tecnológico no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano" apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IF Sertão PE) / Campus Salgueiro, Salgueiro, PE, 2020.

As autoras



Camila Marafigo dos Santos

Mestra em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) pelo Instituto Federal do Paraná (2021), possui licenciatura e bacharelado em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná (2001) e pós-graduação lato sensu em Educação Especial pela Uninter (2005). Servidora da Secretaria de Estado da Educação do Estado do Paraná. Atualmente é professora de Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recursos Multifuncional.



Mércia Freire Rocha Cordeiro Machado

Licenciada em Educação Física pela Universidade do Amazonas (1990), Especialista em Formação de Professores em Educação a Distância pela Universidade Federal do Paraná (2001), Especialista em Exercício e Qualidade de Vida pela Universidade Federal do Paraná (2001), Mestra em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2011) e Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2016). Professora titular do IFPR, pesquisadora do IFPR e da PUC/PR, Professora permanente do Mestrado Profissional em Educação Profissional (ProfEPT) do IFPR.

